

- Estamos aqui hoje para, juntos, debatermos e analisarmos aquele que será um Orçamento do Estado que nos permitirá desenvolver uma agricultura ainda mais sustentável, ainda mais competitiva e ainda mais inovadora.
- Os desafios que marcam a atualidade, nomeadamente os efeitos das alterações climáticas, obrigam-nos a repensar o uso que fazemos dos recursos e a nossa forma de produzir, sem esquecer a necessidade, crescente e permanente, de garantia de alimentos seguros e de qualidade, conseguidos sem comprometer o nosso ecossistema. Nesse sentido, o valor do Programa Orçamental de 2020 para a Agricultura permite uma despesa efetiva (consolidada) de 1.165 M€, o que significa um aumento de 4,3%, ou seja, 47,6M€, face ao Orçamento de 2019, verificando-se a consolidação da estratégia setorial.
- Os impactos e a necessidade de adaptação às alterações climáticas são parte da nossa realidade e vão marcar a década que agora iniciamos. A Agricultura é um dos setores mais expostos e o nosso país é um dos mais ameaçados. O presente já o comprova e, sim, temos de agir e assegurar o rendimento dos agricultores e a viabilidade das explorações agrícolas, de forma justa e inclusiva. Este Orçamento reflete isso mesmo: uma ação concertada, assente num compromisso e numa estratégia capaz ainda de reforçar a eficiência da nossa Agricultura e o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico coeso do território. Só assim poderemos fazer parte da solução e só assim poderemos assegurar um futuro melhor para todas e para todos.
- Tendo em consideração tudo isto e que a sociedade transita, diariamente, para o digital, a investigação, o conhecimento e a inovação têm uma presença sólida nesta proposta de orçamento. Isso é visível, designadamente através do reforço orçamental do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, em 16%, ou seja, no valor de 5,6 milhões de euros.

- Acreditamos que é urgente procurar alternativas, designadamente no que respeita à redução do uso de produtos sintéticos e à descarbonização do setor. Acreditamos que é urgente garantir mais e melhor conhecimento aplicável ao setor, mais e melhores ferramentas tecnológicas e que estas cheguem a todas e a todos os agricultores. E acreditamos também que a investigação, o conhecimento e a inovação serão cruciais para a transição agrícola que temos de levar a cabo em linha com o Pacto Ecológico.
- Aliás, no contexto do roteiro para a neutralidade carbónica, este Orçamento contribui para o alcance dos objetivos de transição e não esquece o papel da produção nacional e dos produtos locais, fundamentais na substituição de importações, bem como do combate ao desperdício alimentar, para a redução da pegada ecológica.
- Quando falamos de descarbonização, surge, naturalmente, a questão da pecuária. Estamos empenhados em encontrar soluções, conscientes da relevância que esta atividade assume para o desenvolvimento socioeconómico coeso e para a gestão do território, também com impactos positivos no sequestro de carbono através das pastagens. Neste campo, a Bioeconomia Circular não será apenas um conceito. Pode, deve e vai ser parte da nossa estratégia.
- Sustentabilidade é a palavra de ordem deste Orçamento. Uma sustentabilidade que se quer em três dimensões: ambiental, económica e social. O regadio é uma ferramenta essencial na manutenção dessa sustentabilidade tridimensional, bem como para a resiliência dos territórios. Esta proposta de Lei permite, assim, dar continuidade ao Programa Nacional de Regadios, visando a construção de novas estruturas e a modernização das já existentes, tendo sempre em mente a eficiência hídrica. Desta forma, será possível, inclusivamente, garantir o alargamento do regadio do Alqueva, que poderá ir até 50 000 hectares, e dar início à execução do parque fotovoltaico de Alqueva, que irá produzir mais de

metade do consumo atual do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA). Ainda sobre este tema, cumpre salientar que os painéis fotovoltaicos, instalados sobre estruturas flutuantes, apresentam grandes vantagens. O efeito refrescante do plano de água sobre os painéis aumenta a sua eficiência de conversão da radiação em eletricidade; e a redução da incidência da luz nos reservatórios limita o crescimento das algas, contribuindo para a melhoria da qualidade da água. Para além disso, estas estruturas contribuem ainda para a redução da evaporação e, conseqüentemente, para a diminuição dos custos operacionais da distribuição de água.

- Não podemos ignorar os números: a concretização do Programa Nacional de Regadios poderá conduzir a um aumento do valor acrescentado bruto de 280 M€/ano; a um acréscimo na receita fiscal de 51 M€/ano (na agroindústria e outras atividades a montante e a jusante da atividade agrícola); a um aumento do saldo externo em 73 M€/ano; e à criação líquida de 10 550 empregos permanentes.
- Bem sabemos que a Agricultura é um dos setores que alicerça, de forma direta e mais evidente, o desenvolvimento rural e a coesão territorial. Aliás, a Agricultura, enquanto atividade tão ligada à natureza nas suas diversas modalidades, assume um papel ímpar na ocupação e na gestão dos territórios, nomeadamente mediante a criação de zonas de descontinuidade da floresta, dificultando ou mesmo impedindo a propagação de incêndios e, em simultâneo, promovendo o desenvolvimento socioeconómico e a vitalidade das regiões, seja através do setor agroalimentar, seja graças a outras atividades relacionadas como o turismo, o artesanato e a restauração.
- O reforço do Orçamento para o Programa de Desenvolvimento Rural reflete que continuaremos a perseguir estes objetivos, designadamente o desenvolvimento dos diversos modelos de produção e de inclusão, com destaque para os mais sustentáveis. Isto sempre com a convicção de que a competitividade da

agricultura trará mais emprego, mais investimento e melhores condições de vida, contagiando outros setores, contribuindo, assim, para a resposta às questões demográficas e para esbater as desigualdades.

- Salienta-se o aumento da despesa com o PDR2020, que registará um incremento da verba inscrita para despesa pública de 510M€, face aos 432 M € em 2019, em que a comparticipação nacional será ainda reforçada através do Fundo Ambiental e do Fundo Florestal Permanente, entre outros.
- Potencia-se, assim, uma execução do PDR2020, permitindo o aumento da taxa de comparticipação nacional, a abertura de uma linha de crédito no montante global de 300 milhões de euros e a manutenção dos apoios agroambientais na transição dos quadros comunitários, algo essencial para o cumprimento dos objetivos ambientais e climáticos e para a viabilidade das explorações agrícolas. Permitirá também apoiar a agricultura familiar e desenvolver a agricultura biológica, contemplando 29 milhões de euros para a promoção da mesma.
- Para estes objetivos de desenvolvimento coeso e sustentável contribuirá também a valorização das pessoas e a valorização dos produtos endógenos, únicos, de qualidade ímpar e tão ligados ao nosso país. Esta será uma das nossas apostas e, nessa senda, procuraremos reforçar a internacionalização do setor. Queremos levar ainda mais longe a marca “Portugal”.
- Em prol do alcance destas metas, foi também garantido o reforço orçamental da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária em 9,6%, ou seja, em 6 milhões de euros, visando o fortalecimento do controlo da segurança dos alimentos, da sanidade animal e da fitossanidade. Um sistema de controlo oficial mais robusto, que garanta o cumprimento dos requisitos de exportação, exigidos pelos mercados externos, contribuirá também para que prossigamos com a nossa estratégia de internacionalização.
- O reforço orçamental da DGAV tem ainda em vista a garantia do bem-estar animal, outra prioridade por nós estabelecida e na qual mantemos o foco.

- Também a reorganização e o reforço dos recursos humanos dos nossos serviços, presentes em todo o território, estão contemplados neste Orçamento, a par da modernização e da simplificação das ferramentas e das plataformas utilizadas. Queremos estar mais perto de todas e de todos aqueles que procuram os nossos serviços e queremos garantir mais e melhores respostas.
- Este orçamento reflete também, sem dúvida, o trabalho que desenvolveremos para a negociação da Política Agrícola Comum pós 2020. Estamos empenhados em defender uma PAC pós 2020 mais justa e inclusiva, preocupada com a preservação dos recursos naturais e que represente uma resposta concertada para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, em linha com o Pacto Ecológico e com a estratégia do Prado ao Prato (Farm to Fork). Tudo faremos para alcançar um acordo político sobre a PAC e para que este vá ao encontro dos objetivos nacionais para o setor, designadamente no que toca à inovação, à viabilidade e à competitividade das explorações agrícolas, ao apoio a sistemas agrícolas de importante valor ambiental e climático, ao rejuvenescimento do setor e ao desenvolvimento local.
- Por tudo isto, estamos convictos de que este Orçamento nos permitirá seguir em frente. Estamos convictos de que este Orçamento nos permitirá levar mais longe a nossa Agricultura, a nossa economia e o nosso país. Estamos convictos de que, com este orçamento, a competitividade da nossa Agricultura sairá reforçada, de mãos dadas com a sustentabilidade e a inovação. Estamos convictos de que, com este Orçamento, a nossa Agricultura, sem perder a sua identidade, a sua tradição e o seu passado, estará, hoje, no presente, a garantir o seu futuro e o futuro de todas e de todos nós.